

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

1. Informações gerais

A BCDF E JR PARTICIPAÇÕES S.A. ('Companhia') é uma sociedade anônima. A Companhia foi constituída em agosto de 2017 e iniciou suas atividades em fevereiro de 2018.

Sua operação principal é a locação de imóveis próprios.

Em 31 de janeiro de 2018 a Cia de Transportes e Armazéns Gerais fez uma cisão parcial com versão do patrimônio cindido para a BCDF E JR PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 08 de fevereiro de 2018 a Companhia foi objeto do Acordo de Associação entre a Tegma Gestão Logística S.A. e, a BCDF e JR Participações S.A. ("Holding Silotec") para a criação da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL") que uniu as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais ("Silotec"), subsidiária integral da BCDF.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas para fins estatutários em atendimento às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nos 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14.

Tais demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas, entre outros, pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de dispositivos complementares emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Diretoria efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis.

A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Diretoria não identificou

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para a emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de agosto de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis, estão sumarizadas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, não tinha derivativos e consequentemente *hedge accounting*.

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa quando requerida. A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada.

A Companhia considera nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes para constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, com base no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes.

d. Investimentos

A Companhia tem o controle conjunto da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações Ltda.

O controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

e. Propriedade para investimento

As propriedades para investimentos estão mantidas com intuito de auferir receitas de aluguel e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimentos são mensuradas

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

pelo custo amortizado.

f. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros “impairment”

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Dessa forma, se evidenciada perdas decorrentes de eventos, cujo resultado proporcione valor contábil do ativo inferior ao seu valor recuperável, é constituída provisão de impairment contra o resultado.

g. Fornecedores

Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

h. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

i. Receita líquida dos serviços prestados

A Companhia adota o procedimento contábil de registrar suas receitas pelo regime de competência.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios da prestação de serviço, e quando possa ser medida de maneira confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

j. Receita e despesa financeira

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do exercício até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia, sendo contabilizada na rubrica de receita financeira.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

k. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

respectivo exercício. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação.

4 Normas, revisões e interpretações emitidas

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

(II) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 203

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

5. Gestão de risco financeiro e instrumento financeiros

5.1 Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pelo Conselho de Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Conselho de Administração.

5.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Diretoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Diretoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(i) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(ii) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida direta que impactasse nas demonstrações

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

contábeis.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 5)	518.959	507.435
Clientes e outras contas a receber (Nota explicativa nº 6)	216.571	196.047

(v) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(vi) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades e contas a receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

	2023			2022		
	Ativos ao custo amortização	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortização	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	518.959	-	518.959	507.435	-	507.435
Contas a receber	216.571	-	216.571	196.047	-	196.047
	<u>735.530</u>	<u>-</u>	<u>735.530</u>	<u>703.482</u>	<u>-</u>	<u>703.482</u>

	2023	2022
	Passivos ao custo de amortização	Passivos ao custo de amortização
Passivos		
Fornecedores	4.618	40.047
Adiantamento a clientes	831.901	-
Outros passivos circulantes	<u>92.386</u>	<u>91.220</u>
	<u>928.905</u>	<u>131.267</u>

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

5.3 Análise de sensibilidade

A Companhia não está mais realizando captações de recursos com terceiros.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos da gestão de capital da Companhia é de assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, perante as instituições e uma relação de capital ótima, salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retomo de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, entre outros.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras). Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim sumariados:

Descrição	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	518.959	507.435
Dívida líquida	518.959	507.435
Patrimônio líquido	29.206.016	31.697.881
Índice de alavancagem financeira	2%	2%

5.5 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;

- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados nos mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direto (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), além dos preços cotados incluídos no Nível 1;
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

6. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Ativos fiscais diferidos

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Diretoria quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Diretoria acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco itaú - conta corrente	10	507.435
Banco Itaú - aplicações financeiras	518.949	
	<u>518.959</u>	<u>507.435</u>

8. Clientes e outras contas a receber

<u>2023</u>	<u>2022</u>
-------------	-------------

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Clientes (aluguel p/GDL de Transportes e Armazéns Gerais)	216.571	196.047
	<u>216.571</u>	<u>196.047</u>
Aging List	2023	2022
A vencer em 30 Dias	216.571	196.047
	<u>216.571</u>	<u>196.047</u>

9. Investimentos

	Participação %	2023	2022
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.	50,00	26.178.824	23.997.564
		<u>26.178.824</u>	<u>23.997.564</u>

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro:

2023					
	Participação percentual	Total de ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
GDL	50%	53.016.875	52.357.648	160.450.301	34.077.688

2022					
	Participação percentual	Total de ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
GDL	50%	48.654.355	47.995.128	119.083.593	21.751.382

Descrição	Valor R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.997.564
Resultado de equivalência patrimonial - GDL	17.038.844
Ajustes reflexo da controlada	(156.084)
Dividendos recebidos	(14.701.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>26.178.824</u>

Movimentação do investimento

a) GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

A GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) é uma empresa com sede em Cariacica - ES, Brasil, é uma sociedade de capital fechado. Tem por objetivo: (a) Holdings de instituições não-financeiras; (b) Aluguel de imóveis próprios.

Reestruturação societária

Em 08 de fevereiro de 2018 a Companhia foi objeto do Acordo de Associação entre a Tegma Gestão Logística S.A. e, a BCDF e JR Participações S.A. (“Holding Silotec”) para a criação da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) que uniu as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, entre a Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”) e a Tegma Gestão Logística S.A.

10. Propriedade para investimento

A Companhia utiliza o método do custo para todas as suas propriedades, isto é, custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

O imóvel em 31 de dezembro de 2023 líquido totaliza 8.719.975.

	Taxa depreciação	2023	2022
Propriedade para investimento	4% a.a.	8.719.975	12.831.018
		<u>8.719.975</u>	<u>12.831.018</u>

		2022	2023				
	Tx anual	Saldo líquido	Aquisição	Baixa	Transferência de saldo	Depreciação	Saldo líquido
Benfeitoria em Imóvel 3ºs	4%	-	22.585	-	9.372.071	759.542	8.635.114
Máquinas e equipamentos	10%	-	-	-	125.737	40.876	84.861
Instalações	20%	-	-	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>22.585</u>	<u>-</u>	<u>9.497.807</u>	<u>800.418</u>	<u>8.719.975</u>

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

11. Adiantamento de clientes

O total de 831.901, em 31 de dezembro de 2023, refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos ao aluguel.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de cliente	831.901	-
	<u>831.901</u>	<u>-</u>

12. Impostos diferidos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ	4.197.936	4.197.936
CSLL	1.511.257	1.511.257
	<u>5.709.193</u>	<u>5.709.193</u>

Em 08 de fevereiro de 2018 a Companhia foi objeto do Acordo de Associação entre a Tegma Gestão Logística S.A. e, a BCDF e JR Participações S.A. (“Holding Silotec”) para a criação da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) que uniu as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, entre a Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”) e a Tegma Gestão Logística S.A., como a BCDF detinha 100% do capital da Silotec que equivalia a R\$ 846.681,91 e trocou por 50% das ações da GDL, onde o total do PL da GDL era R\$ 35.276.853,56, a BCDF passou a ter R\$ 17.638.426,78, portanto essa negociação gerou um ágio de R\$ 16.791.744,87. Com esse ágio foi provisionado IRPJ e CSLL diferidos de 34% R\$ 5.709.193.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social está representado por R\$ 8.303.018, dividido em 993.184 ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal.

13.2 Reserva legal e de retenção de lucros

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

13.3 Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal será destinada para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", quando for o caso.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	17.897.531	12.514.941
Reserva legal	-	625.747
Base de cálculo	<u>17.897.531</u>	<u>11.889.194</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>4.674.487</u>	<u>2.972.298</u>
Dividendos distribuídos	<u>16.900.001</u>	<u>8.044.500</u>

13.4 Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	17.897.531	12.514.941
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	993.184	993.184
Lucro básico por ação R\$	<u>18</u>	<u>13</u>

13.5 Outros resultados abrangentes

Em 08 de fevereiro de 2018 a Companhia foi objeto do Acordo de Associação entre a Tegma Gestão Logística S.A. e, a BCDF e JR Participações S.A. ("Holding Silotec") para a criação da *joint venture*

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) que uniu as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, entre a Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”) e a Tegma Gestão Logística S.A., como a BCDF detinha 100% do capital da Silotec que equivalia a R\$ 846.681,91 e trocou por 50% das ações da GDL, onde o total do PL da GDL era R\$ 35.276.853,56, a BCDF passou a ter R\$ 17.638.426,78, portanto essa negociação gerou um ágio de R\$ 16.791.744,87. Com esse ágio foi provisionado IRPJ e CSLL diferidos de 34% R\$ 5.709.193,26.

Descrição	Valor (R\$)
Outros resultados abrangentes	<u>10.752.938</u>
Ágio	16.791.745
IRPJ/CSLL diferidos	(5.709.193)
Outros resultados abrangentes de controlada	(329.614)

14. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita bruta operacional		
Receitas de aluguel imóvel próprio	2.557.251	2.506.130
	<u>2.557.251</u>	<u>2.506.130</u>
Deduções sobre vendas		
PIS Lucro presumido	(16.616)	(16.277)
COFINS Lucro presumido	(76.688)	(75.124)
	<u>(93.304)</u>	<u>(91.401)</u>
Receita operacional líquida	<u>2.463.947</u>	<u>2.414.729</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços Terceiros	(380.734)	(388.525)
Multas	(0)	(7.169)
Perdas e custas Processos Judiciais	(99.290)	(63.225)
Pessoal	(63.478)	(64.001)
Outras	(10.386)	
Depreciação	(800.418)	(841)
	<u>(1.354.306)</u>	<u>(523.761)</u>

16. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receita aplicação financeira	13.036	7.819

BCDF E JR PARTICIPAÇÕES

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	<u>13.036</u>	<u>7.819</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2.920)	(2.875)
Impostos s/receita aplicação financeira	-	(2.648)
Juros	<u>(6.728)</u>	<u>(5.348)</u>
	<u>(9.648)</u>	<u>(10.871)</u>
Total receita e despesas financeiras	<u>(3.388)</u>	<u>(3.052)</u>

17. Tributos sobre o Lucro

A BCDF apura o IRPJ e CSLL pelo regime lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, foi constituído com presunção de 32% sobre a receita bruta de aluguel auferida no ano calendário, aplicando as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9%

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CSLL Lucro presumido (9%)	73.679	72.177
IRPJ Lucro presumido (15%)	122.748	105.894
Adicional (10%)	57.915	70.595
Total de tributos sobre o lucro	<u>254.342</u>	<u>248.666</u>

18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e operações sujeitas a riscos por montantes considerados pela Diretoria como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Para todas as importações realizadas pela Companhia são contratados seguros que possuem coberturas que variam em conformidade com o valor da carga importada. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

19. Contingências

A Companhia não é parte integrante em processos judiciais e administrativos, que sejam passíveis de constituição de passivos contingentes ou obrigações legais.

20. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.